

## Relativismo e opção por correção política impõe pseudos Direitos Humanos, adverte especialista

ROMA, 11 Maio de 2008 (ACI).- A norueguesa **Janne Haaland Matlary**, participante do Congresso sobre a **Humanae Vitae** que se realizou na Pontifícia Universidade Lateranense, advertiu sobre o relativismo, o subjetivismo e a opção pelo "*politicamente correto*" que impera no Ocidente e que admite e impõe pseudos direitos humanos.

Em sua conferência intitulada "*Direitos humanos impostos porém não respeitados*", Matlary explicou que exemplo dessa situação é que "*na Noruega, no dia 11 de Junho de 2008, o Parlamento adotará uma nova lei sobre o matrimônio de 'gênero neutro', apoiado por uma grande maioria na opinião pública e no próprio parlamento*".

Além de indicar que essa "*lei inclui o direito de adotar crianças nascidas de "casais" homossexuais mediante técnicas de inseminação*", a perita norueguesa revelou que uma vez aprovada a lei, "*as crianças nascidas de "casais" de mesmo sexo poderão ser adotadas pelo 'pai' não biológico do mesmo "casa"*".

"*No debate público que precedeu essa lei, a paternidade biológica foi considerada como não influente, como qualquer coisa que não tem relação com a paternidade 'real', agora concebida como a possibilidade de tomar o cargo de uma criança*", disse.

"*É evidente que nenhuma noção sobre a natureza humana, inclusive seus aspetos biológicos, é considerada constante e certa. O fato que uma criança tenha direito aos próprios pais biológicos e a ser educada por eles não é levado em conta. Ademais pai e mãe não são considerados para tomar o encargo de uma criança porque o sexo se converteu numa questão social e não biológica*", prosseguiu.

Para Matlary, "*o grau de relativismo é tão elevado que não existem mais valores fundamentais*") desde o ponto de vista antropológico. Hoje, na política europeia, parece impossível discutir sobre que é um ser humano" e ademais "*não existe uma base clara dos direitos humanos, senão uma intensa luta sobre sua interpretação e com freqüência uma grande discrepância entre o que um estado proclama nas conferências internacionais oficiais e sua política interna*".

Além de denunciar como impera o relativismo e inclusive o nihilismo, a perita assinalou que "*tal subjetivismo mina a democracia e prepara o terreno ao totalitarismo: se não há algum modelo que determine o que é justo, tudo pode se tornar justo*".

A seguir explica que a "*aversão ao conceito de verdade*" está ligada intimamente ao "*politicamente correto*" que é o "*conceito mais potente que nossas democracias ocidentais possuem e que é de todo imaterial. O poder do politicamente correto é percebido pela maiorias das pessoas: percebe-se qualquer coisa que era uma falta e logo ela não o é mais*".

"*Pensar poder descobrir uma verdade objetivamente válida é certamente a posição menos*

*'politicamente correta' possível"*, destacou.

*"Com essa premissa os direitos humanos não podem existir porque não podem ser definidos. O paradoxo da moderna democracia é esse: professamos e impomos direitos humanos em todo o mundo, porém recusamos definir sua substância em nossos países"*, alertou Matlary.